


BARREIRAS DE ACESSO AO LAZER E AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS: IMPACTOS NAS JUVENTUDES NEGRAS DO JARDIM BRASIL - SÃO PAULO

Recebido em: 30/09/2021

Aprovado em: 05/11/2021

Licença: 

*Dara Roberto*¹

*Ricardo Ricci Uvinha*²

Universidade de São Paulo (USP)

São Paulo – SP – Brasil

RESUMO: O artigo evidencia as barreiras de acesso ao Lazer por parte do Estado e seus impactos na juventude negra do bairro Jardim Brasil, na Zona Norte da cidade de São Paulo. Baseado em dados, apresenta o que configuram as barreiras visíveis e invisíveis de lazer, evidenciando sua percepção e interpretação acerca dessas barreiras: como as identificam e como são impactados por elas. A pesquisa se vale do método qualitativo de caráter exploratório, explicativo, combinado com pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com 14 jovens autodeclarados negros na faixa etária de 18 a 29 anos, através da aplicação de entrevista semiestruturada, com questões abertas e fechadas para análise de discurso. A delimitação do estudo permeia o questionamento de como a ausência de políticas públicas de lazer impacta diretamente a juventude negra do Jardim Brasil. De acordo com os dados apresentados e as percepções dos jovens negros entrevistados, conclui-se que há uma significativa presença de barreiras de acesso ao lazer para tal público que compromete a noção de pertencimento e/ou identificação pelo equipamento cultural bem como de suas respectivas programações.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes negras. Atividades de lazer. Barreiras de acesso.

LEISURE CONSTRAINTS CREATED AND THE LACK OF PUBLIC POLICIES: IMPACT ON BLACK YOUTH IN JARDIM BRASIL - SÃO PAULO

ABSTRACT: The present work aims to evidence the leisure constraints created by the State and its impacts on black youth of Jardim Brasil, a neighborhood in the North zone of São Paulo city. Based on evidence we highlight what are the visibles and invisibles leisure constraints highlighting their perceptions and interpretations about the access barriers: as the way they identified it and also how they are affected by it. We employed the qualitative method of exploratory character, combined with bibliographic and field research with 14 self declared black young people between the ages of 18 to 29 years old, by conducting semi structured interviews with open and closed questions and

¹ Graduada em Lazer e Turismo pela Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo da EACH – USP.

² Professor Titular da Universidade de São Paulo. Líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer GIEL/USP. Docente do Programa de Pós-graduação em Turismo da EACH/USP.

analysed according to the discourse analysis. The delimitation of the study permeates the questioning of how the lack of leisure policies directly affected the black youth of Jardim Brasil. According to the data presented and the perceptions of the young black people interviewed, it is concluded that there is a significant presence of leisure constraints for this public, which compromises the notion of belonging and/or identification by cultural equipment as well as their respective programming.

KEYWORDS: Black youths. Leisure activities. Access barriers.

Introdução

Esta pesquisa discorre sobre as barreiras de acesso ao lazer no que tange à negligência do Estado em acesso e distribuição de equipamentos, tanto quanto à formulação, implementação e avaliação de políticas públicas de lazer, trazendo à tona as falhas por parte da gestão pública, retratando como a ausência de políticas públicas impactam direta ou indiretamente os jovens negros do bairro do Jardim Brasil, zona norte da cidade de São Paulo.

A fim de compreender o que constitui efetivamente as barreiras de acesso ao lazer, o objetivo é apresentar como o oferecimento e promoção do lazer, em suas variadas aplicações, recebem maior atenção pública na região central da cidade do que nas regiões periféricas e como isso resvala na juventude negra do Jardim Brasil, bairro delimitado para pesquisa; evidenciar a discrepância no oferecimento de equipamentos e políticas de lazer na região do Jardim Brasil comparado à região central; mostrar os impactos e percepção da juventude negra do Jardim Brasil; identificar e evidenciar as práticas, manifestações socioculturais e de lazer espontâneas e comunitárias que surgem como alternativa e/ou resistência às políticas segregacionistas.

Levamos em consideração a perspectiva dos próprios jovens, pouco ouvidos de modo geral pela sociedade, minimamente amparados pelo Estado e desconsiderados no processo de formulação de políticas públicas de lazer, cultura e juventude, as quais supostamente são voltadas à eles.

Muito se fala sobre o direito à cidade, políticas para a juventude, má distribuição dos equipamentos, práticas culturais e de lazer para juventude, porém pouco se trata sobre quem tem este direito à cidade negado para além das classes socioeconômicas menos favorecidas. Pouco se diz sobre quem compõe o grupo que vive nos locais desfavorecidos de equipamentos e em qual juventude elas se inserem, pois não nos cabe tratar a juventude como um grupo homogêneo.

A pesquisa é justificada pelas razões supracitadas, além de evidenciar o olhar e vivência desta parcela ativa da sociedade - a juventude negra - acerca do tema, possibilitando a compreensão da percepção dos próprios sujeitos envolvidos neste cenário.

Fundamentação Teórica

O avanço de ideais neoliberais e a defesa do estado mínimo possuem papel determinante e influenciam diretamente a formulação das políticas públicas que, quando implementadas, seguem à regra o estilo consolidado do racismo institucional, definido por Silvio Almeida (2018) como decorrente da relação estabelecida entre racismo e Estado, que potencializa a segregação e revoga o direito à cidade através da hierarquização urbana, acarretando, por vezes, a sensação de ‘não lugar’ do jovem quando este está fora do seu lugar de morada, o não pertencimento, o não merecimento e o não acesso a um direito constitucional: o lazer.

Há dois direcionamentos centrais na discussão bibliográfica dos quais não existe discordância com a pesquisa, mas que instigaram o desenvolvimento pela contundência, caráter informativo e embasamento teórico. Ainda mais latentes do que estes, é a lacuna no debate sobre raça.

O primeiro discorre sobre os hábitos de lazer da juventude brasileira; as dinâmicas da ocupação do tempo livre; sobre como não se deve interpretar a(s) juventude(s) como algo homogêneo; da importância do lazer para a construção de redes; desenvolvimento social e coletivo; como o olhar do senso comum para o jovem é depreciativo, visto como uma fase arredia que mereça pouca ou nenhuma atenção principalmente por parte do poder público. Traz à luz o entendimento do lazer como tempo sociológico, considerando o fator da liberdade de escolha como elemento fundamental para o desenvolvimento de identidades e reconhecimento de potencialidades. (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008)

E ainda que,

[...] o lazer é uma atividade social historicamente condicionada pelas condições de vida material e pelo capital cultural, que constitui sujeitos e coletividades. A base material da existência é um dos mais fortes limites da inserção diferenciada no mundo do lazer. A antiga equação estabelecida entre o mundo da necessidade e o mundo da liberdade ainda está em vigor. **A existência de tempo livre não implica necessariamente lazer. O tempo livre do trabalho muitas vezes pode significar o espaço da penúria, da opressão e da falta de oportunidades** (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2008, p. 31, grifo nosso).

O segundo, Botelho (2004), trata da análise de estudos acerca do desequilíbrio na distribuição de equipamentos públicos (por nós entendido como oferecimento de cultura e lazer direto ou indireto), onde a oferta não atende a demanda correspondente ao crescimento populacional.

A publicação de Botelho é especificamente a análise das pesquisas, censos e levantamentos do Centro de Estudos da Metrópole e de outras fontes. Possui o lado crítico, intrigante para quem lê, mas não passa desse patamar, como assume:

A análise de sua distribuição espacial [equipamentos] é apenas um dos lados da questão. Seria necessário complementar essas informações com pesquisas que nos forneçam dados sobre a efetiva utilização desses equipamentos, bem como sobre a maneira pela qual a população em seu conjunto emprega seu cotidiano (BOTELHO, 2004, p. 1).

Diferentemente ou complementar à abordagem dos autores supracitados, que contribuem para o embasamento teórico da discussão que segue, a proposta é focar na população não evidenciada por eles: a juventude negra, viva e existente.

Esta juventude não aparece nem no plano secundário das análises. O que nos leva a inferir que, quando se fala de juventude periférica, falamos também sobre jovens negros, não somente, mas em maioria. Por este motivo é que lançamos o olhar para estes, a fim de evidenciar as barreiras físicas, visíveis e invisíveis que acometem a população analisada.

Falamos de um déficit Estatal de ausência de políticas públicas. A Constituição Federal de 1988, no capítulo dois, discorre acerca dos direitos sociais “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o **lazer**, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.” (BRASIL, 2015, grifo nosso) e os direitos para juventude brasileira que, por sua vez, devem ser replicados nos estados e municípios.

O Estatuto da Juventude, Lei nº 12.852/2013, reconhece o jovem como sujeito de direitos básicos e compreende que os avanços a partir deste Estatuto não impactam apenas a população na faixa etária de até 29 anos, mas à toda população, uma vez que direitos e deveres assegurados vislumbram projeções a médio e longo prazo para alterações práticas, conceituais e transformações socioculturais. Nesta ótica, são consideradas jovens as pessoas entre 15 e 29 anos de idade, porém, para que não existam conflitos, as pessoas de 15 a 18 anos são resguardadas pelo Estatuto da Criança e Adolescente. Nosso foco de análise é a juventude negra de 18 a 29 anos. Na primeira seção, artigo 2, que trata dos princípios que regem as políticas públicas, o Estatuto da Juventude reconhece o jovem enquanto sujeito de direitos, além de se comprometer a

zelar pela promoção do bem-estar e desenvolvimento integral do jovem, respeitando suas individualidades subjetivas, particulares e conjuntas, visando promover uma "[...] vida segura, da cultura, da paz, da solidariedade e da não discriminação" (BRASIL, 2017). A segunda seção, artigo 3, traz diretrizes gerais as quais os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar. Evidenciamos os parágrafos II, V e VI "[...] II – incentivar a ampla participação juvenil em sua formulação, implementação e avaliação; [...] V – garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção **cultural**, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do **tempo livre**; VI – promover o território como espaço de integração;" (BRASIL, 2017, grifo nosso).

Ainda a respeito do Estatuto da Juventude, o capítulo II, na primeira seção, que trata dos direitos do direito à cidadania, à participação social e política e à representação juvenil, destacamos:

Art. 4º O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.

Parágrafo único. Entende-se por participação juvenil: I – a inclusão do jovem nos espaços públicos e comunitários a partir de sua concepção como pessoa ativa, livre, responsável e digna de ocupar uma posição central nos processos políticos e sociais;

Art. 5º A interlocução da juventude com o poder público pode realizar-se por intermédio de associações, redes, movimentos e organizações juvenis.

Parágrafo único. É dever do poder público incentivar a livre associação dos jovens (BRASIL, 2017).

O Estado não dá vazão em larga escala a seus próprios princípios. O que está previsto na Constituição Federal e no Estatuto da Juventude não ocorre em totalidade, a começar pela ausência de uma educação cidadã eficaz que faça com que estes sujeitos-cidadãos saibam e se apossam de seus direitos, inclusive para reivindicá-los.

Existem políticas para juventude em outras esferas, inclusive municipais - foco desta análise -, mas ainda é pouco. O lazer normalmente é atrelado a outras áreas (como

esportes) ou é desconsiderado. Ressaltamos que lazer não é o fator solucionador de todos os problemas das juventudes, mas contribui para avanços e desenvolvimentos em diversas áreas, bem como para premissa e evidenciamento que beira a reivindicação básica (disseminada neste artigo), a garantia e o cumprimento – nas diferentes instâncias públicas – de um direito constitucional.

O principal dos déficits se mostra quando o poder público prevê direitos que, na maioria das vezes em diferentes instâncias, não são cumpridos. O que traz ao debate a reflexão: uma das barreiras de acesso ao lazer não trata de algo necessariamente físico. A ausência de políticas públicas e de equipamentos voltados ao lazer já estabelece a principal barreira, ainda que invisível, através do não cumprimento daquilo que a lei propõe.

Lazer e Juventudes

Não consideramos o lazer apenas como o ‘não trabalho’, e sim como elemento fundamental para o desenvolvimento intelectual, manual, social, físico-esportivo e artístico, conteúdos culturais do lazer sustentados por Dumazedier (1980). Uma vez incentivado, resvala na sociedade.

No entanto, além do descanso e do divertimento, outra possibilidade ocorre do lazer e, normalmente, não é tão perceptível. Trata-se do desenvolvimento pessoal e social que o lazer enseja. No teatro, no turismo, na festa etc., estão presentes oportunidades privilegiadas, porque espontâneas, de tomada de contato, percepção e reflexão sobre as pessoas e as realidades nas quais estão inseridas (MARCELLINO, 2006, p. 14).

Ao compreendermos, nas abordagens clássicas, que o lazer é uma livre escolha, uma busca por prazer em tempo dissociado do trabalho (seja profissional ou não), intrinsecamente concordamos que, para que ele seja uma escolha ele tem de ser oferecido, pois falamos do que está assegurado na Constituição Federal.

Há quem pense que o estudo do lazer não seja importante e/ou que este esteja ligado única e exclusivamente a práticas descompromissadas e que beiram a irresponsabilidade. Esta perspectiva não surge apenas nas produções acadêmicas, no olhar da sociedade, mas também na visão do poder público (o qual consideramos possível mantenedor das barreiras) que deixa de investir em políticas, criação de equipamentos culturais e de lazer para tal população, em suas localidades de origem. Marcellino (1990, p. 207) ressalta que “uma série de preconceitos é verificado no setor público e inclusive no meio acadêmico, quando o lazer é enfocado, principalmente se envolve a questão da liberação de recursos.”

Um conjunto de lazeres constitui o lazer, permitindo que gestores se valham dessas opções conceituais, ou tragam para perto da máquina pública profissionais e pesquisadores da área a fim de atender as demandas específicas e territoriais. Deste modo, as políticas de lazer implementadas, como se tem atualmente em São Paulo, não seriam atreladas apenas ao lazer físico esportivo, como quando se vive ou frequenta lugares periféricos em que não raro se encontram pistas de *skate* e quadras esportivas - ainda que deterioradas.

O lazer enviesado pode tornar-se instrumento de dominação e alienação quando utilizado simplesmente para entreter, desfocar de problemas sociais, políticos e culturais, inclusive das subjetividades de cada indivíduo. Isto gera conformidade quando se há apenas um conteúdo do lazer a ser disseminado e fomentado. A juventude, enquanto fase da vida, está intimamente ligada ao lazer tanto em práticas como em associações mentais.

A admissão da importância do lazer na vida moderna significa considerá-lo um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural.

[...] O lazer não pode ser entendido como simples assimilador de tensões ou alguma coisa boa que ajude a conviver com as injustiças sociais (MARCELLINO, 2006, p. 15-16).

Sabendo que não se pode analisar a juventude como algo homogêneo, pela pluralidade dos indivíduos, características diversas e pela dificuldade de conceituá-la, adota-se nesta pesquisa, uma vez que o foco é a identificação das barreiras de lazer e a ausência de políticas públicas, a definição apontada e defendida pelo Governo Federal:

Diante do desafio de inovar esta concepção, o Governo Federal passou a reconhecer que a juventude não é única, mas sim heterogênea, com características distintas que variam de acordo com aspectos sociais, culturais, econômicos e territoriais. Este novo olhar inaugurou uma nova concepção de política pública que considera a juventude como um segmento social portador de direitos e protagonista do desenvolvimento nacional (BRASIL, 2006).

A partir dessa concepção, fizemos um recorte e evidenciamos uma parcela de jovens inseridos genericamente no segmento ‘juventudes periféricas’: a juventude negra do Jardim Brasil.

Juventudes Negras

De acordo com o censo demográfico do IBGE de 2010, a população da cidade de São Paulo era de 11.253.503 habitantes. Deste total, aproximadamente 37% pertencem à população autodeclarada negra (soma das categorias pretos e pardos do IBGE). Esses índices foram superados, mas ainda não se sabe o quanto aumentou, devido ao adiamento do censo de 2020.

A população negra é maior concentrada nas periferias das cidades. Analisando precisamente a concentração desta população por subprefeitura, evidenciamos o do bairro Jardim Brasil, inserido entre as subprefeituras de Jaçanã e Vila Maria, que concentra respectivamente 38,6% e 33,1% de negros (SECRETARIA MUNICIPAL...; BANCO INTERAMERICANO..., 2014).

Em relação aos índices de homicídio da juventude, é possível notar que a morte na faixa etária dos 15 a 29 anos em decorrência deste fator é um fenômeno que vem

crecendo desde a década de 1980 no Brasil. Em 2019, 45.503 jovens foram assassinados no Brasil, este número indica uma taxa de 51,3 homicídios para cada 100 mil jovens no país, uma porcentagem um pouco menor, mas ainda expressiva, se comparada a taxa recorde de 69,9 de 2017 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA..., 2019). Foram atingidos por esta trágica estatística 23.327 jovens entre 15 e 29 anos, uma média de 64 assassinatos diários (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA..., 2021).

Os índices de desigualdade racial, no que tange à violência letal direcionada à população negra, vem passando por um processo de aprofundamento, de acordo com as publicações do Atlas da Violência (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA..., 2021) em 2019, 77% das vítimas de homicídios foram pessoas negras (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA..., 2019).

Pelos índices supracitados, sabemos que a maioria da população é composta por indivíduos autodeclarados negros, e quem compõe majoritariamente o índice de mortalidade por homicídio são as juventudes (em sua maioria homens). É possível constatar que quem mais morre no país é a população jovem e negra, público alvo desta pesquisa.

Esses fatores configuram o genocídio da população mencionada, o que nos leva a crer que a juventude negra não só não está sendo ouvida e atendida pelas políticas públicas em geral, como também está sendo morta, sendo privada do direito à vida, o que evidencia uma outra barreira de acesso ao lazer. Com este levantamento é possível refletir como os resquícios de um passado escravocrata, bem como a formação socioeconômica do país, ainda mantida em outros modos, resvala no presente.

Barreiras de Acesso ao Lazer

Tratamos barreira como qualquer impeditivo direto ou indireto que implique no não oferecimento de políticas e/ou práticas voltadas ao lazer, ou ainda às formas arquitetônicas pouco inclusivas e convidativas com arredores gradeados (visíveis), ou as barreiras (invisíveis) estabelecidas após a entrada – ou a não entrada – nestes espaços que implique na não fruição do lazer.

Marcellino (2006, p. 24) aponta que “[...] podemos distinguir uma série de fatores que inibem e dificultam a prática do lazer, fazendo com que ela se constitua em privilégio”, dos quais destaca fatores como sexo (gênero), faixa etária e a questão socioeconômica, sendo o último um fator determinante para a distribuição de tempo livre.

Para Abena Busia (2018, p. 186), existem inúmeras barreiras que impedem indivíduos ou grupos de desfrutarem o direito ao lazer, e menciona as barreiras simbólicas “[...] que podem manifestar-se em uma série de esferas, como étnica ou religiosa, de identidade racial ou ideológicas ou aquelas que são estruturadas em torno de gênero ou classe, e elas podem ser geradas tanto externamente quanto internamente.”. As barreiras de acesso – simbólicas ou não, físicas ou não –, tratando-se do que acreditamos estar posto para a juventude negra, se manifestam de modo institucional e atreladas ao racismo de modo institucional.

Outra barreira facilmente identificada é a geográfica, por conta da distância dos equipamentos em relação ao bairro do Jardim Brasil, bem como outros bairros periféricos e/ou longínquos à região central. “[...] As oportunidades desiguais na apropriação do espaço também constituem uma das barreiras mais importantes para o acesso ao lazer.” (MARCELLINO, 2006, p. 24).

A Rede Nossa São Paulo (2019) traz indicadores em diferentes segmentos, e damos luz aos equipamentos públicos de cultura. Como o bairro do Jardim Brasil não configura um distrito, utilizaremos como parâmetros os bairros e distritos dos arredores.

Quadro 1: Equipamentos públicos de cultura

Região	Bairro	Taxa*
Zona norte	Jaçanã	2,09
	Vila Maria	0
	Vila Guilherme	0
	Vila Medeiros	0
	Tucuruvi	1,03
Centro e centro expandido	Butantã	53,67
	Barra Funda	38,56
	Sé	30,90
	República	27,97

*Proporção a cada 10 mil habitantes.

Fonte: adaptado de Rede Nossa São Paulo, 2019.

Percebe-se a disparidade no oferecimento dos equipamentos. Nos atemos à existência e distribuição de equipamentos públicos de cultura que se configuram – de acordo com nossa percepção – em equipamentos específicos de lazer ao atender diferentes conteúdos culturais.

Evidenciamos três principais barreiras: **físicas** – arquitetônicas e estruturais; **geográficas** – por conta da má distribuição e centralização dos equipamentos culturais; e **invisíveis** – do racismo em diferentes instâncias e suas manifestações.

Metodologia

Nos guiamos pelo método qualitativo, de caráter exploratório, explicativo, por meio da combinação entre pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo com 14 jovens autodeclarados negros na faixa etária de 18 a 29, com hábitos, responsabilidades e demandas diferenciadas, que frequentam em maior, menor ou nenhuma assiduidade

regiões centrais, equipamentos culturais de lazer e/ou outros lugares e espaços que promovam o lazer.

O universo da amostra se dá no bairro do Jardim Brasil, Zona Norte 1 de São Paulo. Os jovens foram entrevistados em dias variados da semana, durante o segundo semestre de 2019, além do estudo de observação realizado no território e equipamentos públicos culturais da região delimitada.

As informações foram coletadas e analisadas mediante aplicação de entrevista semiestruturada, com questões abertas e fechadas, que foram gravadas em áudio conforme termo de consentimento livre esclarecido.

Optamos pelo método qualitativo, capaz de captar a subjetividade do sujeito:

Através da entrevista é possível construir histórias de vida, captar experiências, valores, opiniões, aspirações e motivações dos entrevistados, escolhidos segundo os critérios e interesses do tema investigado. É importante lembrar que a fala do entrevistado representa uma autodescrição e uma apresentação de si mesmo (LIMA, 2016, p. 27).

Além disso, trazemos como método a análise de discurso, investigando e compreendendo a língua no que tange às formas de significar e significar-se a partir da fala, “[...] considerando a produção de sentidos enquanto parte de suas vidas, seja enquanto sujeitos seja enquanto membros de uma determinada forma de sociedade.” (ORLANDI, 2001, p. 16).

Acerca da caracterização da amostra, todos se autodeclararam negros ou negras com idade entre 18 e 29 anos. Destes, 5 se identificam como mulher e 9 se identificam como homem.

Quadro 2: Caracterização da Amostra

Faixa etária		Escolaridade		Atividade remunerada	
18 a 20 anos	4	Ensino médio incompleto	3	Trabalho fixo	5
21 a 23 anos	6	Ensino médio completo	3	Freelancer	3

24 a 26 anos	4	Ensino superior incompleto	7	Não trabalha	2
27 a 29 anos	0	Ensino superior completo	1	Outras modalidades*	4

Fonte: elaboração própria, com base nos resultados da amostra, 2019.

Das atividades remuneradas foram diagnosticadas ainda outras modalidades de ocupações, sendo 2 estagiários; 1 beneficiária de edital cultural municipal e 1 bolsista de pesquisa.

Dos entrevistados, 8 sabiam que o lazer é um direito constitucional e 6 não sabiam até o momento da entrevista.

Análise e Discussão dos Resultados

Acerca do entendimento dos jovens sobre o que é lazer, as percepções são das mais variadas, embora muitas se assemelhem e/ou se relacionem diretamente aos conceitos clássicos, mesmo sem o conhecimento teórico e conceitual e, por vezes, o tempo dissociado do trabalho.

Segundo eles, o lazer é “um momento para curtir, ficar de boa”; “lugar pra ficar em paz consigo mesmo”, ou ainda

Espaço e momento para descanso e exercício da mente com atividades que proporcionam relaxamento. Sem uma produtividade trabalhista, sem ter retorno financeiro. Atividades para relaxar sozinha ou com amigos (entrevistada 1).

[...] é uma forma de conforto, você não se sentir intimidado, ‘tá ligado’? Você pode fazer o que bem entender de acordo com as condições que você tem (entrevistado 9).

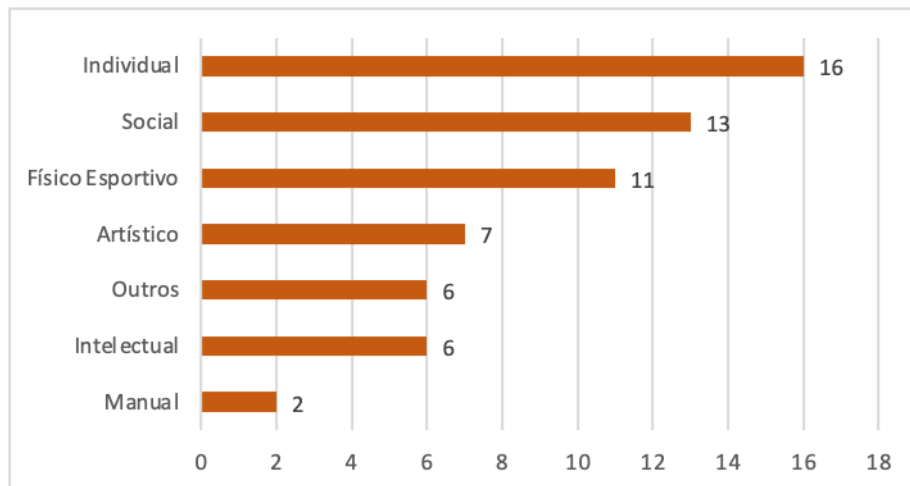
Lazer pra mim é tudo, tirar um lazer com a família, com os parceiros, até sozinho...Fumar um ‘baseado’ [maconha], escutar um som, chamar a rapaziada (entrevistado 12).

É uma ocupação que te traga algum benefício social e cultural também, um tempinho pra socializar, pensar em questões que normalmente você não tem tempo pra pensar [...]. O lazer proporciona vivências que geralmente na correria do dia a dia você não consegue adquirir (entrevistado 14).

Foram identificadas como concepção de lazer atividades relacionadas aos conteúdos culturais de lazer. Das atividades que os jovens entrevistados mais praticam

em seu tempo livre, destacam-se o individual (26,2%), o social (21,3%) e o físico (18%), conforme o gráfico 1.

Gráfico 1: Recorrência das atividades de lazer dos jovens



Fonte: elaboração própria, com base nos resultados da amostra, 2019.

As descrições foram agrupadas em categorias dos conceitos culturais, com as seguintes atividades: **individual** - ouvir música, ir ao parque ou praças, caminhar, passear com cachorro, ler, compor, escrever, gravar música, assistir televisão, documentários, filmes, séries e TV; **manual** - pintura, produção de artes visuais; **social** - tomar cerveja/ir a bares, ir ao parque ou praças, à casas de cultura, centros culturais, à shows e festas; **físico esportivo** - jogar futebol/jogar bola, jogar handball, andar de patins, de skate, caminhar, fazer natação, correr e jogar basquete; **artístico** - dançar, fazer teatro, gravar músicas, ir a exposições, espetáculos de dança, peças teatrais, fazer shows e interagir com público; **intelectual** - ler, compor, escrever, assistir documentários, filmes e séries, atividades culturais como palestras, oficinas, ler quadrinhos e gibi; **outros** - “ficar de boa em casa” (entrevistado 7); “fumar uns baseados” (entrevistado 12); “rolês de modo geral” (entrevistada 8);

A maioria das atividades são realizadas semanalmente e permeiam, não apenas em ações, mas conceitualmente, nas definições dadas por eles, o **divertimento**,

descanso e desenvolvimento (tripé estruturante do lazer), pontuado quando surgem posicionamentos como de que

[...] o lazer é uma forma de você dar um tempo, uma pausa na sua rotina de trabalho, faculdade... Acredito que o lazer seja uma porta, uma pausa das programações diárias da rotina, uma pausa 'pra' você perceber coisas que nunca pensou que poderia fazer, que te traz um benefício social, cultural, psicológico (entrevistado 14).

Diante do exposto, é possível notar uma vasta gama de atividades, ações, gostos e estilos dos jovens, mesmo que habitantes do mesmo bairro. O que reforça a existência de juventudes heterogêneas.

Vale destacar que os jovens entrevistados que desempenham atividades profissionais vinculadas ao campo artístico-cultural, compreendem o período de trabalho também como lazer, e não apenas o lazer como tempo dissociado do trabalho. O entrevistado 5 e o 12, que trabalham com música e são *rappers*, mencionam respectivamente “[...] **ler, compor, escrever e gravar música [...]**”, “**Fazer shows, interagir com público [...]**”. O entrevistado 9, que é dançarino, afirma: “**Minhas principais atividades de lazer – que já é o profissional também –**, é treinar minha **dança**, meus estudos de hip hop...”. Ou ainda a entrevistada 10, que trabalha com artes cênicas: “**Faço teatro, então eu me divirto trabalhando todo dia**. Tem música, dança [...]”.

Barreiras Identificadas pelos Jovens

Quando questionados se o Estado, na figura do poder público municipal, impõe barreiras de acesso ao lazer e cultura aos jovens negros, todos os 14 entrevistados afirmaram que sim, das mais diversas, ressaltando que tratamos de um fato ao emergir essa unanimidade.

Ao serem indagados sobre quais seriam essas barreiras ou como o poder público às estabelece, algumas respostas dos jovens entrevistados foram ao encontro de nosso entendimento, principalmente no tocante à má distribuição e centralização das atividades e equipamentos culturais específicos de lazer. Foram trazidas também outras considerações sobre estas e novas barreiras para discussão.

Quadro 3: Categorias e expressões-chave identificadas como barreiras

Categoria	Expressões
	Polarização
Centralização, Distância e Transporte	Mobilidade e deslocamento Falta de investimento Tarifa/preço/gasto com transporte
Falta de equipamentos e má distribuição	Negligência do poder público Inexistência Estrutura Dificuldade de acesso
Questões sociais e raciais	Racismo institucional Não pertencimento Impedimento estrutural Tráfico Não conhecimento / falta de informação Diferença de acesso
Falha de estáo e relação com o público	Divulgação não assertiva Falta de convite direto ao público Falta de estímulo e acesso

Fonte: elaboração própria, com base nos resultados da amostra, 2019.

A falta de equipamentos e má distribuição pelo município de São Paulo é evidente. Como um de nossos objetivos é transpassar dados estatísticos, nos valem da percepção dos entrevistados que identificam também a falta de equipamentos como uma das principais barreiras.

Em questão de estrutura: ‘pra’ você ter esse lazer, você precisa ter aonde ter esse lazer, ‘tá ligado’? E pra sensação de paz [em decorrência do lazer], ter um lugar que te dê essa sensação (entrevistado 5).

O que a fala do entrevistado 5 nos traz parece uma obviedade, mas não é e necessita ser ressaltada. A saber que, de nada vale dizer que se tem um direito assegurado se ele não for proporcionado pelas partes responsáveis.

Já se sabe da má distribuição de equipamento por toda a cidade, mas

[...] principalmente nos espaços da periferia, se a gente for olhar, por exemplo aqui [Jardim Brasil] a gente tem pouquíssimos espaços de lazer e os jovens negros que moram nessa localidade não tem tanto acesso aos espaços de lazer, fábricas de cultura, espaços de cultura de modo geral que tem no centro. Então, sim, eu acho que há uma negligência do poder público em relação ao fomento de lazer das/nas periferias (entrevistado 8).

Além da distância entre os – poucos – equipamentos nos bairros da Zona Norte, há a distância distributiva a nível municipal, o que nos leva a outra categoria de barreiras de acesso ao lazer e cultura. Os jovens identificam barreiras “[...] de uma maneira sistemática, através das questões da cidade, a distância...” (entrevistado 3) entre o bairro onde residem e a região central, por exemplo, onde está a maior concentração e oferta de programações espaços e equipamentos de cultura e lazer.

Principalmente para nós de periferia por conta da mobilidade, outra coisa bem contraditória... porque o Estado parece se interessar por isso, de ‘levar cultura’, mas não tem ações para que isso funcione, tudo é longe da gente, tudo está no centro. [...] precisa pegar uns 2 ônibus e um metrô pra chegar em um centro cultural na região central, ou você não tem a condução pra ver um show... é tudo afastado, acho que o poder público poderia ver coisas desse tipo, trazer mais perto, chegar mais, não afastar. Por que tão longe, por que só no centro? Por que não na periferia? Então, uma das barreiras é o deslocamento (entrevistado 14).

Por tratarmos do bairro do Jardim Brasil, compreendemos a centralização de equipamentos de lazer, bens e serviços da cidade, temos de concordar que para usufruto dos mesmos, é necessário o deslocamento do bairro para a região central. O que direciona a outra barreira existente concomitante à distância e centralização, que é o transporte coletivo. O transporte, o fato de ser tarifado, o preço da passagem saltou da

boca dos jovens por diversas vezes quando ainda questionados se o poder público estabelece barreiras e quais/como seriam elas:

Com certeza. Difícil acesso, normalmente as coisas são no centro, então tem que arrumar condução pra ir, pra voltar e normalmente a gente não tem grana né? 'Cê' tem que ficar 'marretando o busão' [gíria para carona]. [algumas barreiras são essas] distância, tarifa (entrevistada 10).

Visamos identificar as barreiras de acesso ao lazer, ausência de políticas públicas e impactos na juventude negra, e tragicamente esbarramos em assuntos como racismo, preconceito com as camadas periféricas e outros resultados do contexto e processo histórico de fundação do Brasil pautados em escravidão, autoritarismo, exploração e ausência de políticas reparatórias, já trazidos em outras seções deste exposto. Situações que permeiam este assunto e outras reflexões foram evidenciadas pelos jovens, o que mostra a relação entre racismo, racismo institucional e as barreiras de acesso ao lazer. Estes pontos são a própria barreira.

O racismo institucional que já seleciona onde ter este oferecimento [...]. [Traz] Sensação de não pertencimento em lugares centrais, onde há o oferecimento de atividades de lazer (entrevistado 3).

Isso influencia direta e indiretamente a formulação de políticas, a distribuição dos equipamentos, os lugares distantes da região central que serão menos atendidos por diversas políticas setoriais.

O racismo no Brasil tem um atrelamento social, então a comunidade negra é empobrecida, é impedida de ultrapassar certas barreiras, sabe? Os bairros onde a comunidade negra é maior, tem menos estrutura, menos investimento, as praças são sucateadas, jogadas de qualquer jeito e isso impede de certa forma o lazer, né? Você vê muito lugar aí onde as crianças crescem brincando em beira de esgoto, não tem assistência, sabe? [...] Infelizmente o tráfico é um 'bagulho' que existe e é muito forte, então em muitos lugares que era pra ter lazer, pracinha e tudo mais, é onde acaba 'rolando as caminhadas', o tráfico... E também não tô culpando quem 'tá' nessa não. [...] Além de dificultar o acesso ao centro, acesso a outros lugares da cidade onde o lazer pode existir. E não é apenas uma questão financeira, mas uma questão de conhecimento. As pessoas acham que o centro da cidade é só pra 'trampar' e 'já era'. Aí não se diverte, não tira um lazer nunca (entrevistado 5).

O entrevistado ainda traz reflexões de como elementos artístico-culturais e movimentos da cultura negra, como o HIP-HOP, surgiram em contraposição – também – ao descaso estatal há décadas, e como as barreiras de acesso ao lazer e outras negligências resvalam em outras áreas,

Com a minha ótica de músico, de rapper, eu vejo que o que falta no bairro é lazer. Inclusive, o RAP nasceu por isso, falta de lazer, falta de oportunidade que o Estado oferece ou deixa de oferecer e o HIP-HOP veio pra isso e tal, bem no começo... e até hoje não mudou nada, pelo menos aqui em São Paulo não mudou nada. É a mesma ‘fita’. Não tem lazer, não tem nada. Não tem uma biblioteca grande. [...] Na falta do lazer, na falta do que deixar os jovens ocuparem a cabeça no dia a dia, vem muita coisa errada, muita oferta errada e **muita coisa que o Estado deixa passar de propósito**, só que eles não assumem. Droga é coisa que eles deixam vir, ninguém aqui tem um jatinho...[...] Tem muito jovem que tem um talento e ‘pá’, mas não tem onde desenvolver, aonde ser acolhido e acaba indo para outros caminhos (entrevistado 5, grifo nosso).

A falta de informação sobre direitos e acesso aos equipamentos é capaz de gerar uma espécie de conformismo involuntário. Por exemplo: se não sabemos que existe, simplesmente seguimos dentro desta falta de informação. Se não sabemos que deveria existir, não possuímos o mínimo para reivindicar.

Eles não trabalham a boa informação sobre os nossos direitos [...] quantas vezes foi falado dos direitos na escola? Raramente. Eu fui saber o que eram os direitos em um curso de recursos humanos, ‘tá ligado’?. A barreira tá aí. A gente recebe algumas coisas [no âmbito do lazer], mas não da forma que deveria ser (entrevistado 9).

Mesmo se tratando de um direito de todo e qualquer cidadão (o lazer), uma pessoa de classe economicamente abastada – e branca na maioria das vezes – possui não apenas a possibilidade de utilização de bens e serviços privados, como também privilégios em acesso e usufruto do serviço público, direitos sociais básicos.

Estes fatos nos fazem pensar como a questão de raça e do ser negro no Brasil está intimamente ligada à classe, o que também é identificado pelos jovens entrevistados. Não apenas por terem sido perguntados, mas por viverem cotidianamente isto. Como a entrevistada 10 relembra: “Também tem lugares que a gente não consegue

entrar porque muitas vezes são pagos. Ser preto não é fácil, até pra você se divertir você batalha!”.

Não basta apenas a existência ou criação de novos equipamentos públicos culturais e de lazer nos locais desprovidos, se esses não exercerem corretamente suas funções. Não basta ser público, se as pessoas não souberem que é. Não basta ter diversas programações se elas não estabelecem relação com as pessoas ao redor. Alguns dos jovens entrevistados destacam que falta diálogo, conhecimento e oportunização de acesso por parte dos equipamentos.

Divulgação de eventos/programação não abrange a maioria das pessoas da região. Ex: existem 3 equipamentos culturais municipais com divulgação interna e por redes sociais. Quem não tem acesso à internet ou não passa com frequência pelo ou próximo ao equipamento fica sem saber. O poder público oferece, mas segrega (entrevistada 1).

Barreira estabelecida quando há existência e conhecimento dos equipamentos públicos da região por parte dos gestores e funcionários, que têm – ou deveriam ter – contato mais direto com a população do bairro e região.

Eu acho que hoje pra gente ter acesso é dificultoso por dois motivos: eu não sei se são barreiras diretas que eles colocam ou se são caminhos que eles também não abrem. [...] Então você pode colocar, fazer um teatro muito ‘foda’ na ‘quebrada’, mas se você não avisar, se você não informar, se você não deixar disponível para que as pessoas também entendam que ‘tá’ ali, que elas podem utilizar e que elas precisam usar também, que ela tem esse direito de usufruir disso, é incompleto (entrevistado 11).

Outra barreira identificada é que apesar da existência dos equipamentos, poucos são os que frequentam assiduamente e/ou sabem da existência. Quando perguntados se sabiam da existência de equipamentos culturais onde moram, das opções oferecidas, 11 afirmaram que “Sim, existem e conheço”; 3 afirmam que “Sim existem, mas não conheço” e nenhum respondeu que “Não, não existem”.

Acerca da frequência dos jovens entrevistados nos equipamentos culturais e de lazer que são de seu conhecimento em suas regiões: 8 costumam frequentar lugares como SESC, CEU Jaçanã (apesar de ser um equipamento de Educação), biblioteca,

Fábrica de Cultura, Casa no Meio do Mundo, ONG, CICAS, ‘campinho’ e praças; 6 não costumam frequentar por conta do pouco tempo livre, em razão do tempo que passam distante do bairro por conta de estudo e trabalho, por falta de interesse, por não saber exatamente da existência e também “por ninguém nunca ter chamado” (entrevistado 12).

Interessante pontuar que na identificação dos equipamentos e em relação à frequência, muitos jovens citaram lugares que não são de administração pública como SESC, organizações do terceiro setor e espaços independentes, mas são reconhecidos tanto quanto – ou mais – que os públicos como equipamento cultural de lazer.

A rede SESC foi bastante mencionada e, apesar de ser um equipamento de uso público, mas não estatal, os jovens identificam facilmente e afirmam utilizá-lo principalmente para os shows gratuitos. É interessante perceber que, mesmo sendo pago e um pouco distante também, a informação da rede SESC chega e o acesso é possibilitado.

Apresentamos situações a fim de compreender como os jovens são recepcionados nos equipamentos públicos culturais e de lazer, se a programação os contempla, quais fatores os motivam e quais os impedem de frequentar esses espaços. Os jovens podiam selecionar mais de uma situação das quais já se encontraram.

Quadro 4: Quantidade de ocorrências das situações identificadas

Situações	Ocorrência
“não entrei pela aparência do equipamento, por achar que ‘não era pra mim’”	3
“fui intimidado (a) por palavras, ações e olhares”	5
“fui retirado (a) do equipamento sem razão	1
“as atividades e programações não tinham a ver comigo”	6

“sou muito bem recepcionado”	6
“as atividades e programações tem muito a ver comigo”	5
“me sinto acolhido e a vontade para as atividades de lazer”	4
“vou para socializar”	8

Fonte: elaborado pelos autores, 2019.

De acordo com os relatos dos jovens, a boa recepção não é algo costumeiro e quando sinalizada esta ocorrência, a situação dizia respeito a equipamentos da região com a gestão mais democrática, acessível e vinculada ao território. Vale evidenciar também que não foram todos os jovens que responderam essa questão, pois alguns não frequentam esses espaços.

Antes de serem questionados sobre o conhecimento de espaços autônomos/independentes ou ações culturais e de lazer independente na Zona Norte, os 14 entrevistados manifestaram conhecimento. Entre os citados, tivemos a Casa de Cultura e do HIP-HOP do Jaçanã, que se encontra como ocupação em reivindicação à inauguração de um equipamento público na região, ponto bastante considerável à nossa pesquisa que demonstra que a população anseia e tem buscado pela atenção do poder público. Destacam-se também a Casa No Meio do Mundo, espaço independente de arte e cultura que promove atividades, saraus, e ações com a promoção da cultura negra; Ocupação Cultural na região do Tremembé; Centro Independente de Cultura Alternativa e Social (CICAS); Projetos culturais que circulam pela zona norte com incentivo de editais ou não; Datas comemorativas organizadas pela comunidade com atividades realizadas na rua; Ações promovidas por instituições religiosas, mas sem cunho 'doutrinário'. ONGs, Casa de Cultura Ortaéticas de Humanidades, Instituto Cybernétikos.

Sobre a participação em alguma atividade, grupo ou evento que fomentem o lazer em alguma medida, 9 dos entrevistados não compõem nenhum grupo, ação ou atividade que fomentem o lazer. Alguns destes já participaram de atividades em Fábricas de Cultura, em organizações que já fecharam ou gostariam de participar em momento oportuno, e 5 dos entrevistados participam de grupos/projetos artístico-culturais, alguns dos quais já foram mencionados.

Impactos na Juventude Negra do Jardim Brasil

[...] estou com uma fala que ficou na minha cabeça que é ‘eu, como mulher preta, tenho que me esforçar 3 vezes mais pra conseguir chegar nos lugares e para atingir o que eu quero’. Então eu acho que o maior impacto é isso, ‘saca’? O esforço que a gente tem que fazer para estar nos lugares, pra ser reconhecido. Acho que isso afeta bastante (entrevistada 10).

Os jovens entrevistados apontaram também questões como a falta de desenvolvimento individual e coletivo; proximidade e envolvimento com drogas; isolamento residencial; repressão às manifestações populares e espontâneas; danos à qualidade de vida e saúde psicológica; falta de representatividade/não identificação com as pessoas envolvidas na promoção de algumas atividades.

Se eu tivesse mais proximidade de determinadas atividades culturais ou formas e práticas de lazer diferente do que estou acostumada, a minha intelectualidade poderia ser melhor desenvolvida. [...] Os desmontes estatais estão entrelaçados em diferentes áreas, isso faz com que uma barreira ao lazer resvale em questões educacionais, por exemplo. Por conta do não desenvolvimento pessoal de cada cidadão. O estado invisibiliza a importância dos equipamentos culturais e o quanto ele pode ser potencializador nas diferentes instâncias da vida como profissional, intelectual, acadêmica, artística... [...] não ter visibilidade, acesso e divulgação em tantos lugares como no Jardim Brasil, faz com que as pessoas não compreendam a importância destes espaços culturais e suas possibilidades (entrevistada 1).

Percebemos que não há dentro do Estado – e disseminado entre a sociedade – um cuidado estratégico e profissionais que pensem o lazer a partir de outras perspectivas, inclusive como proporcionador de desenvolvimento pessoal e coletivo por

meio de práticas e incentivo às áreas artísticas, intelectuais, manuais, sociais, culturais e outras que proporcionem e fomentem o primeiro contato ou manutenção de contato prévio estabelecido com áreas que normalmente não são incentivadas em bairros como o Jardim Brasil.

Isso impede que a gente acabe desenvolvendo nosso potencial. Porque, por exemplo, por falta dessas estruturas que a gente falou aqui, eu não consigo... Não é que eu não consigo, mas eu não tenho conhecimento das coisas que eu posso fazer, estabelecer redes pra projetos futuros. A gente fica muito preso à uma realidade que impede a gente de crescer. [...] Essa falta de estrutura contribui. Parece que a gente tem que estar ali e ali é nosso lugar, a gente não pode ascender, crescer na vida. Não é nem questão de vitimismo [...] a gente fica muito condicionado a ter que ir pra outros lugares, a ver outras comunidades crescendo e a nossa não, porque falta investimento, porque parece que aqui é indiferente. A impressão que eu tenho é essa, que eles pensam assim ‘Se tem um aqui na Paulista, pra quê que eu vou fazer um lá na Zona Norte?’, entendeu? Só que esquecem que muitas vezes a gente não tem o dinheiro pra passagem, muitas vezes a gente não quer ir pra lá, a gente quer poder fazer alguma coisa por aqui, ou tem alguém com dificuldade de mobilidade pra ir até lá. Então a gente tem que pensar mais localmente e o Estado tem que pensar também nisso (entrevistado 7).

A questão do envolvimento, uso e venda de drogas é algo que acomete a sociedade como um todo, de diferentes classes socioeconômicas e interesses. A diferença é que o uso e venda por parte de uma camada é menos visada, enquanto outra é alvejada, embora em ambas a prática da venda de entorpecente seja ilegal e haja um aval estatal em alguma medida para isto, inclusive para a chegada da droga nas periferias, que são menos favorecidas no macro esquema internacional do tráfico de drogas.

[...] eu acho que a falta desses equipamentos nos espaços periféricos faz com que a população jovem negra que está marginalizada tenha menos condições de estar fora do círculo do tráfico [de drogas] que hoje eu acho que é um grande problema, o tráfico, a questão das drogas. [...] se tivesse equipamentos, se a cultura fosse promovida de uma forma eficiente, se fosse muito bem distribuída eu acho que tanto eu quanto outras pessoas poderiam ter outras saídas, poderiam ter outras oportunidades na vida (entrevistada 8).

Na ausência dessas políticas de lazer mais abrangentes e democráticas, o que chega, com maior facilidade de fato é o consumo de bebidas e outras drogas. O público

da pesquisa é composto por maiores de idade, mas é possível observar que esse contato vem ocorrendo cada vez mais cedo.

Hoje o ‘rolê’ [...] da juventude do meu bairro, ‘tá’ sendo ficar em praça bebendo, fumando ‘beck’ [gíria para maconha] ruim e outras coisas. Eles já estão colocando a gente nesse círculo vicioso desde antes da juventude, na pré-adolescência (entrevistado 4).

[...] E se tratando de jovens negros, [...] eu tenho muito camarada que prefere não curtir um lazer tranquilo porque prefere ‘chapar’ [se embriagar, entorpecer], porque ele sabe o que vai ser o ‘rolê’, que ele não vai passar ‘veneno’, que ele vai curtir o ‘rolê’ ali na ‘brisa’ [...] às vezes acontece a ideia do desvio mesmo (entrevistado 11).

Os entrevistados acreditam que essas práticas são alternativas ocasionadas pelas barreiras de acesso ao lazer, da não inserção em outros ambientes e dificuldades de chegar até onde essas outras ofertas ocorrem com maior frequência e facilidade, “[Afinal,] você ficar ‘louco’ sai mais em conta do que você tirar um lazer no parque.” (entrevistado 11).

Sabendo das manifestações populares e espontâneas, de coletivos, movimentos culturais ou indivíduos que surgem como resposta a ineficiência do poder público, pontuamos como o Estado, além de estabelecer barreiras no oferecimento de políticas de lazer para as periferias, também é o principal agente ao deslegitimar e barrar as práticas desses jovens, principalmente as de maior notoriedade. E é aí que se identifica mais um impacto: a repressão.

Se torna vicioso como o estado já nos reprime quando o evento é no centro. Exemplo: virada cultural, carnaval, sempre é repressivo. [...] o baile funk existe para a juventude procurar uma festa, procurar uma forma de se entreter, mesmo assim é algo bem repressivo. No meu bairro não existe mais [...] porque quando chega a polícia, ‘mete’ bala, ‘mete’ bala de borracha, cassetete em todo mundo e por aí vai [...] eu acho que eles estão tirando o entretenimento e a cultura da população, tirando esse acesso [inclusive à informação], porque eles querem que a gente continue nesse ciclo vicioso (entrevistado 4).

[...] Se a gente faz um baile funk aqui dentro, é como o samba antigamente. O samba era algo criminalizado, você não podia ter aquele momento ali de fazer uma rodinha entre amigos e de poder tocar um samba. Se você tocasse um samba, era considerado vagabundo. Mesma coisa é o que fazem com os bailes funks [...] acho que desde sempre foi isso, é algo histórico, né? Sempre nos impedem de fazer coisas entre a gente. [...] quando a gente usa nossa criatividade, a nossa potência pra fazer algo nosso dentro da nossa periferia, da gente pra gente, é criminalizado, é impedido. Ou seja, eu acho

que o Estado nunca quer que a gente tenha nosso momento de reflexão, nosso momento cultural, nosso momento de reconhecimento entre a gente pra conversarmos sobre questões que não interessa à Ele (entrevistado 14).

O exemplo do baile funk é emblemático, mas não é a única forma e prática de lazer de jovens que residem nas periferias. Dizer que o funk é como o samba antigamente, é considerar que, historicamente, quem foi posto à margem da sociedade, tem suas práticas – a manutenção, bem como evolução e adaptação – e culturas perseguidas, barradas, deslegitimadas e criminalizadas.

As ações do Poder Público surgem de modo truculento. Não bastando estipular barreiras de acesso, o Estado, na figura da Polícia Militar e Guarda Civil Metropolitana, impede as outras práticas e organizações realizadas no bairro, como também fora dele, normalmente na base da violência, típica destas instituições. Tais fatores implicam não apenas na não fruição e acesso ao lazer, mas também na qualidade de vida e saúde, que é mais um dos impactos identificados pelos jovens.

Tendo em vista o universo da amostra, onde a maioria dos jovens estudam e trabalham ou trabalham fixo e ainda desempenham trabalhos eventuais para complemento de renda, nota-se que tempo livre não é necessariamente algo em abundância e, compreendendo o lazer como bem estar/bem viver dentro da perspectiva de dispensar tempo para isso e se valer da utilização do tempo livre para o lazer, a conta não bate. Logo, este fator e outros tantos que envolvem o cotidiano dos jovens negros, gera esse déficit de aproveitamento do tempo livre e na qualidade de vida.

Diante desta situação, os impactos na qualidade de vida e nos demais fatores supracitados resvalam em impactos à saúde mental:

[...] quando você priva isso de uma pessoa, de um ser humano, você acaba ficando mais ansioso, vendo o tempo passar diferente. Então as barreiras impactam diretamente de uma forma de saúde e culturalmente no reflexo de onde a gente vive hoje (entrevistado 11).

[...] esse impacto pode vir psicológico e ele pode ser social também. [...] nós também não temos muito tempo pra poder fazer esse tipo de coisa [lazer enquanto descanso, ficar pensando na vida], e quando temos esse tempo, a

gente fica cheio de [para]‘nóia’ na cabeça, né? E pensando um monte de coisas que nos fazem mal, acho que aí que entra essa parte negativa do psicológico (entrevistado 14).

A questão da não identificação é basicamente o não se enxergar, não se sentir pertencente ou ainda não ser conivente com determinadas práticas estruturadas nas instituições de modo geral. Isto é vinculado à questão de raça: a representatividade e reconhecimento. Alguns jovens identificaram a ausência de negros nos equipamentos como uma barreira, e a consequência disso seria o embranquecimento das práticas, o qual eles acreditam ser um dos impactos.

Eu percebo muito, dentro das estruturas culturais que existem no bairro, que a maioria dosicineiros são brancos, a maioria dos grafiteiros, dos professores das pessoas que recebem edital são brancos [...] e muitas vezes nas aparelhagens de HIP HOP também existem uma minoria de pessoas negras pra fazer as atividades. [...] os brancos - mesmo sendo pobres - têm mais acesso, oportunidades, menos problemas que possam impedi-los de frequentar esses tipos de lugares. [...] a formação dos jovens dentro do hip hop dentro dessas aparelhagens [equipamentos], está cada vez mais branca (entrevistado 5).

Os relatos dos jovens evidenciam o desconforto pelo qual passam quando há a tentativa ou a ida aos lugares e equipamentos públicos de sua região ou fora dela. A região possui uma porcentagem considerável de população negra, então é de se estranhar o fato de que a maioria dos funcionários,icineiros e gestores sejam brancos. Observando o território e equipamentos públicos culturais de lazer, constatamos que a maioria das funções que decorrem de contratações esporádicas realizadas pelo poder público (como oficinas, workshops e apresentações) os contemplados em maioria são pessoas brancas, alheias ao território, de condições socioeconômicas diferenciadas, e vêm, por vezes, com olhares e ações ‘colonizadoras’, de doutrinação sem entender a realidade do território, descaracterizando práticas locais e culturais, sem compreender as demandas dos jovens e sem gerar uma aproximação ideológica, muito menos racial. Este é mais um impacto: não se reconhecer no outro, nos executores das ações.

A representatividade é um fator determinante para a fruição do lazer nestas condições, porém, desde que seja feita coerentemente. Não basta incluir um profissional negro e considerar as problemáticas sanadas.

Considerações Finais

De acordo com os dados apresentados e as percepções dos jovens negros do Jardim Brasil entrevistados, afirmamos que há barreiras de acesso ao lazer por parte do Poder Público, e que isso acarreta impactos negativos à população analisada. O que vimos é capaz de gerar reflexões e sentimentos semelhantes aos dos jovens, à medida em que se nota que o problema é bem maior. Sentimento este que um dos entrevistados traz de modo bastante sincero:

Gera revolta! Quando você se depara com qualquer barreira, a revolta vem pros jovens negros do Jardim Brasil, como para outros jovens negros também. A barreira é nosso inimigo, se a gente não conseguir derrubar, ela que vai nos destruir (entrevistado 12).

Os jovens possuem diversas perspectivas e interpretações acerca do lazer, bem como buscam por oportunidades de realização, usufruto e/ou consumo do mesmo de formas variadas. Essas ações surgem como demanda, mas também - em alguma medida - em resistência e contraposição à negligência do Poder Público. Muitos deles entendem a necessidade do lazer em suas vidas e o que a falta deste, por parte do poder público, impacta negativamente direta e indiretamente em suas vidas. Estes impactos transpassam o fato de lidar com a ausência do poder público a qual já estão ‘acostumados’, porém resvalam em diversas áreas e em aspectos individuais e coletivos.

A solução para as barreiras de acesso ao lazer não é apenas construir desenfreadamente novos equipamentos a partir do déficit distributivo de equipamentos

na cidade de São Paulo. Embora existam equipamentos na região onde o Jardim Brasil está inserido, é preciso um olhar mais propositivo por parte da gestão pública.

De qualquer forma, é importante lembrar que todo equipamento de lazer, bem planejado, prevê investimentos não apenas de construção como de manutenção e animação. Não importa quanto se tenha investido esteticamente na construção, as municipalidades têm de conscientizar-se de que não adianta apenas abrir as portas de seus monumentos para que a população os frequente. [...] esses espaços são criações artificiais de uma política cultural, que precisa ser traduzida concretamente numa programação que atenda às necessidades da população e, assim, seja por ela sentida (CAMARGO, 2003, p. 68-69).

Os equipamentos existentes não são planejados, bem como novas políticas específicas de lazer também não são. Por conta disto, a frequência - e envolvimento direto - é baixa, o que nos indica que o Estado não julga necessário o investimento em políticas públicas voltadas ao lazer, tão pouco em atender o público delimitado nesta pesquisa.

Um dos pontos a ser refletidos é: qual a visão e entendimento de lazer por parte do Estado? Se a concepção de lazer fosse diferente do que hoje é, a formulação, implementação e avaliação das políticas públicas também seria, possivelmente, mais democrática, inteligente, positiva e atraente.

Tal problemática permeia outras instâncias como a gestão dos equipamentos, a Secretaria Municipal de Cultura que é responsável pelos equipamentos culturais da cidade, o Secretário de Cultura e o Prefeito do Município, bem como a participação da comunidade nas decisões que lhe cabem. É necessária uma interlocução entre poder público e território, com suas juventudes, entendimento das necessidades, e realidades da localidade.

A partir do entendimento da pluralidade dos jovens, dos conteúdos culturais de lazer que apresentamos, de como esses fatores são possibilidades para a implementação de políticas públicas e conselhos participativos, é possível oportunizar um oferecimento

mais justo de equipamentos e práticas a serem desenvolvidas que contemplem a população, para que também estes lugares não caiam em ociosidade pelo não pertencimento e/ou não identificação da população com o equipamento e suas programações.

Quando tratamos da juventude negra do Jardim Brasil e das barreiras apresentadas, não reivindicamos a segmentação ou a criação de um ‘lazer periférico’, a partir de uma estereotipação limitadora, negativa e restritiva ao jovem negro à sua localidade de origem, como se as atuais práticas e proposições centralizadas não os contemplasse em nenhuma medida, mas sim oportunizar as atividades que já são propostas, desde que os jovens sejam inseridos nesses universos. É legitimar também suas demandas, garantir direito de ida a outros lugares da cidade e saber que no seu bairro também há atividades que podem e devem ser fomentadas. Deste modo garante-se o direito à cidade, o direito de ir e vir, a democracia cultural e o não confinamento em um lugar sem oferecimento do lazer nas medidas necessárias.

Deixamos como sugestão ao poder público ou à reflexão da sociedade de modo geral que, para alteração desse cenário, falta a mudança da visão de lazer por parte do Estado no campo limitado, para uma visão que considere o universo que o lazer engloba, a partir de análises conceituais – conforme apresentadas – sobre os diversos conteúdos e valores culturais do lazer, através do entendimento das práticas, interesses e pluralidade dos jovens negros periféricos – e a inserção de profissionais qualificados do campo do lazer, da gestão pública, pessoas negras e do território com conhecimentos técnicos, teóricos, práticos e empíricos para pensar a formulação de políticas públicas específicas de lazer para o bairro. A partir do entendimento das necessidades de cada território, o fomento à outras possibilidades do lazer, uma política interdisciplinar, a aceitação da problemática envolta na questão racial, pensamento em formulação,

implementação e avaliação de políticas que seja antirracista, no desenvolvimento social, cultural, político, individual e humano também através do lazer. Não o colocando como solucionador de todas as mazelas sociais, porém atrelando-o a outras políticas a fim de assegurar os objetivos supracitados.

Pautados em fundamentos antirracistas, comprometidos com a quebra do sistema de racismo institucional – que é um dos principais mantenedores das barreiras de acesso –, pode ser possível conceber a formulação e implementação de políticas públicas específicas de lazer mais eficientes, eficazes e efetivas para o bairro do Jardim Brasil e Município de São Paulo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Revista espaço e debates: estudos regionais e urbanos**, v. 43-44, 2004. Disponível em: http://centrodametropole.fflch.usp.br/sites/centrodametropole.fflch.usp.br/files/inline-images/espaco_debates.pdf. Acesso em: 05 ago. 2018.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 02 fev. 2019.

_____. Presidência da República. Secretaria-Geral. **Guia de políticas públicas de juventude**. Brasília (DF): Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006. Disponível em: <http://bibjuventude.ibict.br/jspui/handle/192/117>. Acesso em: 15 set. 2018.

_____. Secretaria Nacional de Juventude. **Lei nº 12.852**, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude. Brasília, DF: Presidência da República, 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/12852.htm.

BRENNER, Ana Karina; DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude brasileira: culturas do lazer e do tempo livre. In: BRASIL. Ministério da Saúde. Fundação Oswaldo Cruz. **Um olhar sobre o jovem no Brasil**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2008. p. 29-44. Disponível em:

https://www.academia.edu/1204519/Juventude_brasileira_culturas_do_lazer_e_do_tem_po_livre. Acesso em: 17 set. 2018.

BUSIA, Abena Pokua Adompim. Aspectos da superação de barreiras simbólicas e culturais no lazer. *In: CONGRESSO MUNDIAL DE LAZER*, 2018. São Paulo. **Anais...** São Paulo: Sesc São Paulo, 2019. p. 186-211.

CAMARGO, Luis Octávio de Lima. **O que é lazer**. 2. reimpr. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2003.

DUMAZEDIER, Joffre. **Valores e conteúdos culturais do lazer**. São Paulo: SESC, 1980b.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (IPEA). **Atlas da violência 2019**. Brasília (DF): IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2019. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/12/atlas-2019>. Acesso em: 06 nov. 2019.

_____. **Atlas da violência 2021**. Brasília (DF): IPEA; Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/08/atlas-violencia-2021-v6.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

LIMA, Marcia. O uso da entrevista na pesquisa empírica. *In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO SÃO PAULO (SESC); CENTRO BRASILEIRO DE ANÁLISE E PLANEJAMENTO (CEBRAP). Métodos de pesquisa em ciências sociais: bloco qualitativo*. São Paulo: SESC; CEBRAP, 2016.

MARCELLINO, Nelson Carvalho. **Estudos do lazer: uma introdução**. 4. ed. Campinas: Autores associados, 2006.

_____. Subsídios para uma política de lazer: o papel da administração municipal. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Ijuí, v.1. n. 3, p. 207, 1990.

ORLANDI, Eni de Lourdes Puccinelli. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

REDE NOSSA SÃO PAULO. **Mapa da desigualdade 2019**. São Paulo: Rede Nossa São Paulo, 2019. Disponível em: https://www.nossasaopaulo.org.br/wp-content/uploads/2019/11/Mapada_Desigualdade_2019_apresentacao.pdf. Acesso em: 06 nov. 2019.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL DE SÃO PAULO (SMPIR); BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO (BID). **Igualdade racial em São Paulo: avanços e desafios**. Fórum de Desenvolvimento Econômico Inclusivo. São Paulo: SMPIR, [2014]. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/igualdade_racial/arquivos/Relatorio_Final_Virtual.pdf. Acesso em: 06 jan. 2019.

Endereço do/a Autor/a:

Dara Roberto

Endereço Eletrônico: dararoberto@gmail.com

Ricardo Ricci Uvinha

Endereço Eletrônico: uvinha@usp.br